



Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista

Guilherme Magon Whitacker

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente-SP
guilhermewhitacker@yahoo.com.br

Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista (Resumo)

A dedicação da Geografia ao estudo da produção do espaço e novas formas de territorialização capitalista torna possível a realização de estudos que contemplem a proposta de desenvolvimento sustentável e estes se tornam relevantes na compreensão de que a mesma seja usada para ocultar interesses e premissas capitalistas, articulados por organismos internacionais para a superação de momentos críticos, garantindo sua expansão e fortalecendo seu caráter de mutabilidade e irreformabilidade, por meio dos quais, são forjadas alianças cuja potência é o imperialismo ecológico.

Palavras chave: território, poder, capitalismo, desenvolvimento sustentável.

Territorio y poder: apropiación, uso y control de los recursos naturales y la irreformabilidad del modo de producción capitalista (Resumen)

La dedicación de la Geografía al estudio de la producción del espacio y las nuevas formas de territorialización capitalista hacen posible la elaboración de estudios que se centran en una propuesta de desarrollo sostenible, estudios que se manifiestan relevantes en la comprensión de que dicha propuesta sea utilizada para ocultar intereses y premisas capitalistas, articulados por organismos internacionales para la superación de los momentos críticos, garantizando su expansión y fortaleciendo su carácter de mutabilidad y irreformabilidad, por medio de los cuales son forjadas alianzas cuya potencia es el imperialismo ecológico.

Palabras clave: territorio, poder, capitalismo, desarrollo sostenible.

Recibido: 20 de marzo de 2014
Devuelto para revisión: 10 de junio de 2014
Aceptado: 5 de julio de 2015

Territory and power: appropriation, use and control of natural resources and the unreformability of the capitalist mode of production (Abstract)

The dedication of Geography to the study of the production of space and the new capitalist territoriality forms make it possible to prepare studies focusing on a sustainable development proposal, studies that prove to be relevant in understanding that such proposal is used to conceal capitalist interests and premises, organised by international bodies in order to overcome critical moments, thus guaranteeing their expansion and strengthening their mutability and unreformability nature, by means of which alliances, whose power is ecological imperialism, are forged.

Key words: territory, power, capitalism, sustainable development.

O modo de produção capitalista, visto como processo dialético, possui em seu âmago uma diacronia histórica e geográfica que vem permitindo sua constante espacialização e territorialização por meio de crises e ciclos. Marx, em *O Capital*, ao explorar a mecanização da indústria algodoeira, identifica a tendência do modo de produção capitalista em gerar crises dinâmicas devido à tendência à queda da lucratividade, esta disposição é considerada por Karl Marx uma crise periódica de acumulação e entendida como manifestação de movimentos cíclicos do próprio capitalismo em sua dinâmica de criação, destruição e recriação de condições que permitem sua existência. Nikolai Kondratieff, contribuindo com a interpretação do caráter cíclico das crises, portanto, com a compreensão da própria dinâmica da economia capitalista, periodiza ciclos longos do modo de produção capitalista e assim coopera com o entendimento da capacidade de recuperação em períodos posteriores a crises. Milton Santos destinou grande importância em seus trabalhos às técnicas, e, consideramos que este elemento seja pertinente para a compreensão da superação de momentos instáveis da lógica capitalista. Isto por que, as evoluções técnicas permitiram a humanidade:

“[...] uma notável capacidade de comando da natureza, através das técnicas que descobriam e aperfeiçoavam. Tal sucessão não implicava em herança, mas, frequentemente, em recriação. Tratava-se de sucessão sem continuidade, nem relação de dependência. Com o sistema capitalista, começa o processo de unificação das técnicas, ainda que a diversidade no seu uso continuasse gritante, segundo os lugares. O fato de que os interesses do capital iam pouco a pouco se tornando mais universais conduzia igualmente a que o aperfeiçoamento técnico pudesse ser mais rápido e o uso das técnicas emprestadas mais difuso”¹.

Refletirmos sobre as formulações de Marx e de Kondratieff sobre as crises e o comportamento cíclico do modo de produção capitalista, relacionando estes fatos ao aprimoramento técnico, conforme escreveu Santos, seus impactos sobre o espaço geográfico e o processo de territorialização capitalista, considerando o movimento cíclico de acordo com um padrão estruturado, gerando movimentos regulares, observáveis empiricamente, expansionistas e contrativos, permite a negação em torno da ideia de crise como um fato que colocaria em risco o próprio capitalismo. Como bem observou David Harvey, as crises são:

“[...] de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável”².

¹ Santos, 2008, p. 53.

² Harvey, 2011, p. 65.

Portanto, de acordo com Harvey, é por meio das crises geradas pelo próprio sistema onde está inclusa toda a economia política internacional que a capacidade de mutação do modo de produção capitalista se materializa no que István Mészáros³ apresenta como irreformabilidade, ou seja, aquilo que representa o cerne do capitalismo, a exploração da mais-valia, cria o caráter mutável e irreformável do capitalismo, o que ocasiona disputas de poder envolvendo, entre outros fatores, a apropriação, o uso e o controle de recursos naturais como estratégia para a espacialização e posterior territorialização do modo de produção capitalista via acumulação por espoliação⁴, tendo em vista a necessidade constante destes recursos para garantir parte de sua estrutura, fato que garante o rompimento com limites malthusianos.

Análises sobre as crises, ciclos longos e técnicas trazem em seu bojo aspectos de ajustes econômicos e políticos que denotam disputas de poder e mostram-se extremamente úteis aos nossos objetivos. Portanto, tencionamos relacionar o exposto ao atual estágio agroindustrial brasileiro, tendo em vistas interpretar o processo de territorialização do modo de produção capitalista por meio da espoliação de recursos naturais via propostas alternativas de desenvolvimento, como a idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e denominada de sustentável. Logo, este trabalho, que se encontra distante de ser conclusivo, pretende questionar como, e por que, o modo de produção capitalista ocupa novos espaços para garantir sua sustentabilidade.

Para atingirmos o objetivo proposto, partimos de uma perspectiva que contemple as crises econômicas, os ciclos longos, e as técnicas, tencionando um aspecto relacional entre os mesmos objetivado pelo capitalismo e materializado por setores agroindustriais relacionados à ONU que apresentam poderoso discurso sustentável. Os procedimentos metodológicos utilizados objetivaram a compreensão de linhas teóricas sobre a dinâmica capitalista considerando as crises e os ciclos longos; na análise institucional nos detivemos sobre a entidade proponente desta proposta e sua agência financiadora, no caso a ONU e o Grupo Banco Mundial (BM); com a finalidade de compreender o desenvolvimento sustentável, buscamos como referência o Relatório Brundtland, e o mapeamento de áreas estratégicas em termos de recursos naturais, onde programas voltados ao agronegócio no Brasil são financiados pelo Grupo BM, tendo por base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seu banco de dados agregados (SIDRA) e os dados de produção agrícola municipal (PAM).

O território como *locus* das práticas espaciais

O pensamento marxista na Geografia, relacionado ao tema da incorporação de capital natural, tem profunda significância para a interpretação da teoria das crises e dos ciclos econômicos na análise da realidade socioespacial tendo em vista uma aferição sobre a coexistência do capitalismo com propostas completamente antagônicas, como o desenvolvimento sustentável. Harvey⁵ aduz que a teoria marxista pode ser percebida pela Geografia por meio da aplicação do instrumental teórico preconizado por Marx, que permite compreender dinâmicas complementares, como a social e a econômica, como decorrentes de processos conflituosos e contraditórios, incluindo aspectos como os imperativos da acumulação capitalista e a produção e reorganização do espaço decorrentes desse processo, demonstra, portanto, que a

³ Mészáros, 2011, 2012.

⁴ Harvey, 2012.

⁵ Harvey, 2013.

materialidade das relações socioespaciais ocorre de forma conflituosa e resulta em configurações específicas e transitórias. Para Harvey, ainda que a acumulação capitalista em nível global configure um desenvolvimento geográfico desigual, a palavra chave para compreender este fato não é desenvolvimento, mas espaço. Deste modo, Harvey adiciona a dimensão geográfica ao materialismo histórico preconizado por Marx. Para Massimo Quaini⁶, que discute a utilização das teorias e metodologias marxistas no estudo da Geografia, a preocupação das consequências do capitalismo na sociedade, portanto no espaço e no território, devem estar nos objetivos desta ciência, o discurso acerca da suposta missão civilizadora do capital contribuiu para a naturalização da lógica capitalista pautada no consumo e na criação de novos valores de uso e de troca. Smith⁷ observa, em Marx, o conceito de modo de produção para identificar uma sociedade dominante e entender a produção social do espaço como desigual, onde este não é imutável, suas estruturas materiais, imateriais e organizacionais mudam de feição articulando o sistema produtivo a elementos de produção, consumo e circulação. Elementos estes que estão processualmente relacionados entre si e moldam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas fixas locais, mas também pelas relações de fluidez que mantêm entre si associadas às dinâmicas econômicas. De nossa parte, interpretamos a teoria das crises em Marx para reconhecer o modo como o capitalismo se reajusta e nos permite uma aproximação do por que da disseminação da proposta discutida neste trabalho. Deste modo, a influência de Marx, e do marxismo, na Geografia, estabelece uma contribuição profunda para uma linha de pensamento que visa se estruturar na compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista, tendo como referências o funcionamento de sua dinâmica e as implicações sobre a estrutura espacial e territorial.

Acolhendo as contribuições de Marx para a Geografia e nos direcionando a análise pretendida, consideramos que a agricultura industrial fundamentada em monoculturas voltadas a exportação, propicia ações para apropriação de recursos naturais pelo agronegócio. Na atualidade, tais práticas agroindustriais intensificam-se e garantem a sustentação deste modelo, seja por incentivos fiscais, pela falta de dinamismo dos processos de reforma agrária, de políticas para manutenção das populações no campo, expulsão de populações de suas áreas tradicionais. Condições estas atuais, e já denunciadas anteriormente desde Marx, que, em seus primeiros escritos apontava a prática invasiva da agricultura industrial e condenava suas formas de desenvolvimento esboçando uma crítica observação sob os danos sociais e naturais da expansão da agricultura capitalista.

“[...] todo progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade [...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”⁸.

Deste raciocínio preliminar, evidenciamos a atribuição da expansão da agroindústria como sinônima de degradação de recursos naturais e exploração humana, bases do modo de produção capitalista. Na atualidade, observamos a continuidade deste nexos processual de desenvolvimento mercadológico, não há interesse em desenvolver uma agricultura conforme as características e potencialidades da terra e necessidades das populações, mas sim conforme o potencial de exportação e geração de lucro.

⁶ Quaini, 1979.

⁷ Smith, 1998.

⁸ Marx, 2013, p. 574.

A compreensão destes fatos, que se expandem na ordem econômica espacial de tendência mundializante cujas formas têm assumido padrões de funcionamento e de racionalização técnica, articulado a lógica da expansão e acumulação capitalista, tem significação contundente quando se aborda questões relativas à proposição de modelos de desenvolvimento rural. Isto porque o território emerge como *locus* das práticas espaciais condicionantes que incidem, por meio de eventos, sobre distintas áreas modificando as formas produzidas por forças econômicas e políticas⁹ espacialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante que Claude Raffestin define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas”¹⁰.

Faz parte da lógica do capitalismo transformar em mercadoria tudo aquilo que está ao seu alcance e, sobretudo, o que fornece sua capacidade de produção e reprodução, sua fluidez. Deste modo, os recursos naturais jamais ficariam fora deste processo de mercantilização, seja por sua potencialidade de fornecer matéria prima bruta ou de potencial energético ou, ainda, como substrato territorial. Portanto, buscando uma interpretação sobre essas formas de poder e controle territorial, ponderamos que agências de fomento internacional utilizam a proposta de desenvolvimento sustentável vinculada a políticas que enquadram a natureza em normas e leis, desde sua lógica expansionista, visando assegurar o provento contínuo de matérias para seu processo produtivo. Deste modo, segmentos agroindustriais passam a adotar padrões tecnológicos almejando a certificação internacional, direcionando suas ações para o mercado devido ao atrativo para o consumidor do produto ecologicamente correto. Assim, temos um pensamento estritamente relacionado à dimensão técnica e econômica, o qual reconhece os problemas de um desenvolvimento capitalista predatório, mas, não caracteriza um ideal de descentralização de poder, mantendo as estruturas dominantes.

Incorporado a setores agroindustriais, a proposta de desenvolvimento sustentável defende os privilégios e o capital daqueles que representam estas situações em busca de lucro e da produção ampliada. Dentro desta concepção o que se pretende é estender a regulamentação financeira sobre a apropriação, uso e controle dos recursos naturais, por mecanismos de mercado articulados a economia verde. Deste modo, o desenvolvimento sustentável é o que podemos denominar como ideologia (no sentido proposto por Marx e Engels) técnica-desenvolvimentista-ecológica¹¹, que representa a “[...] manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso e manutenção da pressão Centro/Periferia através da gestão dos recursos naturais [...]”¹². Logo, o desenvolvimento sustentável, neste sentido, pode representar um ajuste da ordem vigente sem que se ataque os pilares da conjuntura hegemônica atual, atendendo aos anseios da classe dominante, pois capitalismo, seja verde ou marrom, é sempre capitalismo.

Frente a este questionamento sobre a proposta de desenvolvimento sustentável interpretamos o processo de territorialização do modo de produção capitalista entendendo este como resultado de disputas de poder sobre o controle territorial que ocorre por meio de conflitos sobre a posse, o uso e o controle de recursos naturais experimentados pela disseminação do imperialismo ecológico na forma de um suposto desenvolvimento que, a princípio, coexistiria em uma relação de benefício sem perdas entre distintos modelos de desenvolvimento, portanto, em uma relação simbiótica. Para tanto, partimos da interpretação da conflitualidade

⁹ Santos, 2003.

¹⁰ Raffestin, 1993, p. 20.

¹¹ Whitacker, 2013.

¹² Oliveira, 2005, p.8.

resultante entre distintas relações de poder que demonstram seus reflexos sobre o espaço rural na forma da territorialização do modo de produção capitalista em um processo dinâmico de expansão enquanto estratégia de controle do território, entendendo este a partir da perspectiva adotada por Claude Raffestin e Bernardo Mançano Fernandes, que o interpretam como resultado das relações sociais empreendidas por meio de disputas de poder. A forma como Raffestin e Fernandes compreendem o território a partir destas considerações é a análise sobre o poder exercido por meio de relações sociais, sejam estas promovidas de maneira individual ou em grupo, ou ainda, aquele exercido por meio de instituições que territorializam suas ações de imposição de poder.

“É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir de relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania”¹³.

Sob este enfoque de território e relações de poder, reconhecemos que a agricultura capitalista possui pontos de conflito em relação à preservação de recursos naturais e consideramos, a partir deste aspecto, a capacidade de questionar à proposta de desenvolvimento sustentável tal como vem sendo articulada, e, é a partir daí que traçamos nosso raciocínio; uma interpretação sobre a acumulação de capital por setores do agronegócio que proporcionam que a questão sobre a preservação de recursos naturais seja envolvida pelo capitalismo resultando em um pensamento estritamente voltado a melhorias técnicas, como projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo e sequestro de carbono, fomentado por agências especializadas da ONU, organização internacional que se submete, cada vez mais, a grupos financeiros internacionais que garantem o *lobby* por detrás das grandes conferências internacionais sobre a temática de recursos naturais¹⁴. Deste modo, podemos relacionar a dominação territorial com o exercício do poder manifestado em relações de uso e controle de recursos naturais sob o enfoque do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, difundido e financiado pela ONU, fato este que se confere por meio do fortalecimento institucional de conglomerados transnacionais do setor do agronegócio.

Sobre o poder, Hannah Arendt o entende como um exercício multirrelacional que não pode ser exercido de forma isolada. A autora não concebe que o poder esteja presente nos grupos ou instituições, estes não possuem, senão, a potencialidade de exercê-lo quando se encontram em uma posição que favoreça a manifestação desse poder.

“O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder. O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens: todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões... Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade de convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido como a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e interesses, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta”¹⁵.

Nesse sentido, a potencialidade de exercício de poder só se materializa por meio do coletivo, pois sem essa condição, o poder não passa de uma possibilidade. Portanto, reconhecemos que

¹³ Fernandes, 2008, p. 279.

¹⁴ Porto- Gonçalves, 2008.

¹⁵ Arendt, 2007, p. 212-213.

o que sustém uma relação de poder entre os envolvidos em determinada relação social, é o consenso, não a submissão. Entendemos ainda que o poder só pode se manifestar através de relações sociais e, de acordo com Raffestin e Fernandes, estas representam, por vezes, vontades institucionais que defendem interesses privilegiados e, a ONU, prescreve um modelo de funcionamento ideal como uma organização originada a partir de um pacto entre Estados regimentados pelo governo dos Estados Unidos da América¹⁶ e as grandes corporações internacionais que atuam no setor agroindustrial e possuem forte poder de *lobby* sobre a ONU em relações, por exemplo, das empresas do setor energético que pressionam as reuniões do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) no tocante a expansão da produção de etanol¹⁷.

Para Raffestin, a compreensão da territorialidade torna-se fundamental para o entendimento do território, pois as relações sociais criam ações e estratégias políticas materializando as relações de poder. Portanto, a territorialidade materializa o exercício do poder. A territorialidade manifestada tende a autonomia do território e combate formas de poder externas ao entorno do território. Por outro lado, o poder territorializado, pode contrariar as territorialidades que visam à união na diferenciação, pois o poder também pode ser construído a partir de territorialidades externas as anteriormente exercidas. Esse processo traz a tona a multidimensionalidade do poder exercido sobre o território¹⁸. Deste modo, o território é relacional em função das relações sociais que nele se exprimem, isto por que, contém relações complexas entre os processos sociais e o espaço geográfico.

Consideramos assim o território como uma totalidade dinâmica e contraditória, produzida histórica e geograficamente em ritmos contínuos e descontínuos na relação espaço e tempo e sociedade e natureza. Todavia, partindo da hipótese de que esse processo se encontra subordinado ao modo de produção apresentado, avaliamos que a relação de produção do espaço e, posteriormente, via relações sociais, do território, se faz, também, condicionado ao capitalismo, trazendo em seu bojo características inerentes a sua lógica: a produção, circulação e acumulação de capital. Neste sentido, ponderamos que o atual período técnico-científico-informacional facilitou a circulação e ampliação de capital de tal maneira que este apresenta uma volatilidade nunca antes imaginada através da mundialização do capital financeiro¹⁹ e compreendemos que este fenômeno permitiu ao modo de produção capitalista sua expansão e a potencialidade de criação de novos espaços para sua própria reprodução e territorialização²⁰ acirrando ainda mais a conflitualidade por meio de arranjos posteriores a períodos de crises, o que permite abordar a teoria dos ciclos econômicos longos e considerar as condições técnicas como potencialmente impulsionadoras de reajustes nitidamente de cunho capitalistas.

Este modelo político e econômico foi ao longo do seu processo, histórico e geográfico, moldando um sistema de produção não condizente com ciclos de regeneração natural de nutrientes, rompendo com o metabolismo sócio-ecológico²¹. Criou um modelo no qual a natureza é instrumentalizada para a comodidade daqueles que detêm os meios de produção e, a população em sua grande parte, sofre com os domínios gerados pela concentração e centralização. Assim, aqueles que têm o poder de controlar as técnicas, e a tecnologia, passam

¹⁶ Maurel, 2014; Chomsky, 2004.

¹⁷ Le Preste, 2000.

¹⁸ Fernandes, 2008.

¹⁹ Chesnais, 2000.

²⁰ Harvey, 2005; 2011.

²¹ Foster, 2005.

a ter, também, a possibilidade de controle sobre territórios por meio da implementação da técnica. E, se consideramos que as técnicas estão sob o controle daqueles que possuem os meios necessários a sua implementação, podemos escrever que o domínio exercido pelas agroindústrias, o domínio fundiário é, também, um domínio territorial. Pois são esses que possuem o domínio *lato* do território, e, quem tem controle sobre o território tem controle sobre o Estado²².

Na atualidade, setores relacionados à agricultura capitalista incorporam em seus discursos e *slogans* a temática do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que o avanço nas tecnologias permitiu que as grandes corporações exercessem menor impacto (negativo) possível sobre os recursos naturais. Porém, a questão do desenvolvimento sustentável não deve se limitar a intervenções técnicas. Se levarmos em consideração o avanço na legislação ambiental e as novas exigências para a instalação e o funcionamento destes complexos agroindustriais, veremos que muitos são excluídos deste processo, pois, são poucos aqueles que possuem condições de se adequarem as exigências legais que demandam elevada intervenção técnica.

Nesta aproximação levamos em consideração a formulação apresentada por Mészáros sobre a irreformabilidade do capitalismo, ou seja, esta proposta de desenvolvimento capitalista harmônico em suas relações com a sociedade e a natureza, até o momento, não chega a romper com a lógica do modo de produção capitalista, portanto está distante daquilo que preconiza o relatório²³ que apresenta o desenvolvimento sustentável como salvação universal, pois possui uma esfera de atuação a escala local, enquanto a tendência do modo capitalista de produção continua sendo sua espacialização e territorialização em uma escala global. Mészáros, portanto, vai ao encontro do que escrevemos anteriormente, com base em Harvey, sobre a criação de novos espaços para a territorialização do modo de produção capitalista. As crises do capitalismo, como escreveu Mészáros, são na verdade:

“[...] o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem) a realização de exatamente isso”²⁴.

A percepção de que sistemas técnicos tornam-se hegemonicamente paradigmáticos por um tempo, até esgotarem suas possibilidades apenas para serem substituídas por novos aparatos, é importante. É ainda mais significativa quando a questão da necessidade de expansão do modo de produção capitalista se torna evidente nos conflitos por novos espaços de reprodução e acumulação. Como este modo de produção encontraria novas oportunidades de investimento se não fosse por meio de crises que se revelam em processos cíclicos de inovação baseados, principalmente, em reajustes técnicos e financeiros? De onde, então, surgirão estes novos espaços estimulados pela inovação? A aposta, levando em consideração a relação sociedade e natureza na atualidade, são as novas engenharias, como a biomédica, genética e ambiental que, juntas, promovem as chamadas tecnologias ecológicas e expandem a falácia do capitalismo verde.

Estamos diante, pois, de um momento onde o modo de produção capitalista apresenta seu caráter de mutabilidade de tal forma que muitos deixam passar despercebidos a aceleração da

²² Moreira, 2014.

²³ ONU, 1987.

²⁴ Mészáros, 2012, p. 795.

mercantilização da natureza e todos os conflitos futuros que isso pode ocasionar²⁵. Mas, por que ocorre essa mercantilização e, como? O que estamos propondo ao debate, portanto, é a interpretação das crises e ciclos econômicos longos para compreender a crítica posta ao desenvolvimento sustentável e, para responder as perguntas acima recorreremos ao marxismo, não tencionando a criação de um Marx ecológico, mas reconhecendo que este exerceu influência significativa na construção do pensamento geográfico a partir, principalmente, da década de 1970, e buscamos relacionar estes fatos, as crises, os ciclos longos e as inovações técnicas como forma de arranjos capitalistas para superação de momentos críticos e expansão ideológica de suas propostas via instituições internacionais, *Think Tanks* e empresas do agronegócio interessadas na sustentabilidade do capitalismo.

Entre crises e ciclos, as técnicas

Consideramos que as práticas espaciais quando exercidas do ponto de vista da lógica do capital resultam em desigualdades geográficas, pois, referem-se tipicamente à exploração das condições sob as quais ocorre a dinâmica de acumulação e reprodução, aproveitando-se assim das assimetrias constituídas por meio de práticas multifacetadas monopolistas, especialmente articuladas, vinculadas com fluxos de capitais restritos. Estas condições geográficas desiguais são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que riqueza e poder se tornam altamente concentrados em certas áreas como decorrência de relações assimétricas de troca, portanto, a paisagem geográfica da atividade capitalista está crivada de contradições e tensões e é respectivamente instável. E, para a garantia de continuidade do modo de produção capitalista, é necessário que se criem novos espaços para que seja possível sua acumulação, caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entraria em declínio. A homogeneidade não se configura nesse sistema, o desequilíbrio é intrínseco para a perpetuidade de sua própria essência²⁶.

Destas observações iniciais, tendo por fundamentação os argumentos de Harvey, consideramos que, nos últimos anos, a atenção destinada às crises tem sido crescente por pesquisadores de várias áreas. Na literatura geográfica recente, podemos considerar as crises como eventos²⁷ potencializadores da formação de novos espaços para acumulação e reprodução do modo de produção capitalista a partir do pensamento, principalmente, de Harvey. Para examinarmos estes eventos a partir desta perspectiva, constatamos duas distinções fundamentais para definirmos o que consideramos como crise: crises da sociedade capitalista ou crises econômicas? De acordo com Tom Bottomore²⁸, crise é considerada um processo, geral ou parcial; o primeiro corrompe as relações políticas e econômicas de reprodução levando a sociedade ao colapso, é, portanto, denominada de crise da sociedade capitalista; o segundo demonstra os limites e a necessidade de readaptação do capitalismo frente ao processo de acumulação determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro, demonstrando seu caráter cíclico e histórico. Para nossos fins, abordaremos aqui o fenômeno crise sob o enfoque de crise econômica considerando a possibilidade de readaptação do modo de produção capitalista frente a suas próprias contradições.

²⁵ Klare, 2001; Barlow, Clarke, 2003; Welser, 2010.

²⁶ Harvey, 2005.

²⁷ Por eventos, consideramos aqui aqueles fatos “[...] que resultam da ação humana, da interação entre os homens. Aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação. A história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito [...] Os eventos históricos supõem a ação humana”. Santos, 2009, p. 147.

²⁸ Bottomore, 2013.

Marx, ao escrever sobre o processo de produção do capital, desenvolve sua teoria sobre as crises sinalizando a ocorrência destas devida principalmente a um momento de superprodução, no momento em que a oferta de trabalho se encontrava no ponto máximo e os salários no patamar mais alto possível, a recessão e a depressão se apresentavam, portanto, as crises eram devidas a uma superprodução de capital fixo e, conseqüentemente, uma superprodutividade relativa de capital circulante. De acordo com Marx, as crises não se seguiam a uma queda de consumo²⁹, mas sim, de acordo com um processo cíclico³⁰. Portanto, entendemos que a aproximação a teoria dos ciclos é possível com a reunião de menções de Marx sobre as crises e levando em consideração ainda a oposição, do autor citado, à Lei de Say³¹, pois, para Marx, a demanda não necessariamente se iguala à produção, mais ainda, a produção tende naturalmente a ser maior que a demanda, fato que, ocasionaria as crises de superprodução e acumulação e, posteriormente, revelaria o aspecto cíclico do modo de produção capitalista.

Outro aspecto primordial do movimento cíclico do capitalismo, abordado por Marx, é que a natureza cíclica tem a sua razão fundamental no impulso irrefutável à valorização, levando-o a chocar-se periodicamente com as barreiras que a própria valorização cria para o aprimoramento das forças produtivas, destas, a principal é a fixação e posterior superação da matriz tecnológica. A abordagem de Marx, integrando nas suas análises a técnica com as relações sociais de produção, faz com que ela surja em seus estudos, com uma concentração nos capítulos XI, XII e XIII do Livro I, no que tange a sua vinculação com a produção de mercadorias as observações podem ser notadas no Livro II. Essa base, meio técnico, causaria a periodicidade da inovação de capital fixo, por exigência da deterioração sofrida e da obsolescência, influenciando a periodicidade do ciclo de acordo com novas técnicas.

“O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria que condiciona seu revolucionamento em outra. Isso vale, antes de mais nada, para os ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho – cada um deles produzindo, por isso, uma mercadoria autônoma –, porém entrelaçadas como fases de um processo global. Assim a fiação mecanizada tornou necessário mecanizar a tecelagem, e ambas tornaram necessária à revolução mecânica-química no branqueamento, na estampagem e no tingimento”³².

Marx, deste modo, considerou que as inovações técnicas (que garantem vantagens competitivas e lucros aqueles que os introduzem primeiramente) e as crises frequentes levariam ao aprofundamento da concentração de capital até o ponto em que só existiriam grandes empresas industrializadas, em tendência declinante de mão de obra, e seriam estas as que conseguiriam sobreviver às crises mais profundas. O autor citado nota nesta estratégia uma das alternativas buscadas pelas grandes empresas para driblar momentos de crise e

²⁹ Segundo Marx (2013), o subconsumo na economia capitalista existe em estado crônico, uma vez que a exploração da mais-valia impossibilita ao operário a aquisição do produto de seu trabalho no mercado.

³⁰ Essas informações estão distribuídas ao longo dos vários capítulos que compõem sua obra principal, encadeados como um desenvolvimento lógico a partir dos aspectos fundamentais da política econômica capitalista, identificados desde o *Manifesto do Partido Comunista*, onde Marx observa características das grandes empresas para driblar momentos de crises e evidencia o caráter cíclico do modo de produção capitalista; nos *Grundrisse*, apresenta elementos primários sobre a teorização das crises que permitem uma aproximação sobre a teoria dos ciclos do capitalismo, argumentação que irá se tornar mais sólida, em sua obra seminal, *O Capital*; no Livro I, onde se dedica ao processo de produção e no Livro II, sobre o processo de circulação.

³¹ Sob a perspectiva da economia política clássica, na “Lei de Say” haveria um equilíbrio natural entre produção e demanda, ou seja, a produção criaria sua própria demanda, sendo que qualquer desequilíbrio só poderia vir de fora do sistema, da mesma forma que, de acordo com a mecânica clássica, os corpos se encontrariam em equilíbrio até que uma força exterior lhes demovesse deste estado (Coggiola, 1982).

³² Marx, 2013, p.457.

permitir que o caráter cíclico do capitalismo se expanda e se torne preponderantemente hegemônico, demonstrando a insuficiência da crença na autorregulação do mercado.

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para o desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. [...] Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros”³³.

Desta passagem, consideramos a possibilidade da concentração da propriedade e da renda tender a uma superacumulação e novas crises, daí, o limite do modo capitalista de produção ser levado ao máximo possível da continuidade do crescimento e da acumulação. Esta dualidade revela o caráter de mutabilidade cíclica do capitalismo que, na atualidade, se apresenta com maior potencialidade do que Marx projetava, revelando que a periodicidade das crises seria determinada pelo próprio movimento cíclico do capitalismo.

“Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, tornam-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o novo ciclo de rotações”³⁴.

A exposição de Marx sobre ciclos que se alternam através de crises cuja única via de saída é a preparação de crises cada vez maiores é evidenciada por toda a história do capitalismo. Porém, Marx não realizou a periodização dos ciclos. Daí, a opção por uma aproximação com Kondratieff e sua teoria das ondas longas, formulada a partir da análise da crise da década de 1920. Sua concepção original partia do ciclo de substituição dos bens de capital de longo período de amortização, que repercutia diretamente no comportamento, também cíclico, do mercado financeiro³⁵. Kondratieff foi precursor em prever os ciclos longos na história da economia mundial. Com esse propósito, reuniu dados econômicos estatísticos da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, buscando comprovar que os mecanismos e leis que condicionam os ciclos são provenientes de: modificações técnicas; guerras e revoluções; assimilação de novos países dentro da economia mundial e flutuações na produção de ouro³⁶.

“A importância destas concepções está no rompimento com a visão neoclássica de que a dinâmica do capitalismo é marcada pela estabilidade em longo prazo, entretanto seus principais críticos, embora concordem com a instabilidade do investimento e com a conjunção dos feixes de inovações primárias no tempo, duvidam da regularidade natural de cerca de cinquenta anos na ocorrência do processo de crise e reestruturação da economia mundial”³⁷.

³³ Coggiola, 2009, p. 6.

³⁴ Marx, 1970, p. 193, 194.

³⁵ Eagler, 1994.

³⁶ Kondratieff, 1935.

³⁷ Eagler, 1994, p. 7.

Esta concepção elaborada por Kondratieff foi alvo de várias críticas.

“A maioria dos economistas soviéticos rejeitou tanto a teoria como sua base empírica. Oparin criticou os critérios matemáticos utilizados por Kondratiev, assim como a sua escolha arbitrária das séries estatísticas (que ignorava deliberadamente outras séries disponíveis). Eventov insistiu na unidade do processo econômico e na influência recíproca entre flutuações de diversas durações: questionou que se pudesse separar os ciclos médios de Marx e as “tendências evolutivas” de Kondratiev (às quais se atribuía caráter qualitativamente diferente), considerando inadmissível determinar pontos de equilíbrio com base em dados quantitativos. Goberman concluiu que, a partir das séries de Kondratiev, “só resta para ser explicado, como fenômeno independente, o movimento dos preços nos séculos XIX e XX”. Gerztein foi mais longe, demonstrando que a fase depressiva de Kondratiev entre 1815 – 1814 (queda tendencial de preços) foi um período de desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, o verdadeiro período da Revolução Industrial. Oparin também achou incompatível as melhorias técnicas propiciadas pelas invenções, com a alta dos preços típica da onda ascendente”³⁸.

Sobre este aspecto, fica evidente o porquê das críticas ao modelo de Kondratieff. A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) constituía um modelo de enfrentamento ao modo de produção capitalista e era inadmissível um economista Russo desenvolver uma teoria tão marcante sobre as condições de superação frente às crises como a de Kondratieff³⁹. Salientamos que, desde que foi apresentada, a formulação da teoria dos ciclos longos tem promovido controvérsias sobre a hipótese de que o modo de produção capitalista entre em uma crise que leve a seu colapso, como cogitou Lênin⁴⁰. Aja visto que seu autor foi “[...] repudiado por seus compatriotas e, também, por muitos dos seus colegas do Ocidente [...] foi destituído de seus cargos, preso e deportado para a Sibéria [...]”⁴¹.

Apesar das críticas recebidas, utilizamos aqui os ciclos de Kondratieff devido à possibilidade didática oferecida de identificar períodos distintos de avanço tecnológico que se manifestam na produção e circulação de mercadorias e acumulação de capital, embora tanto os motivos que o caracterizam quanto os resultados sejam globais, pois cada ciclo introduz mudanças estruturais em toda a sociedade e possui especificidades reunindo em si mesmo traços de ciclos anteriores e outros qualitativamente novos. Portanto, utilizamos os ciclos de Kondratieff para demonstrar os períodos que introduziram mudanças estruturais na sociedade que permitem observar traços de ciclos anteriores e, deste modo, compreender a evolução e superação de crises por meio de um processo ininterrupto.

Nossa opção por trazermos esta hipótese de análise sobre o capitalismo está intimamente relacionada a eventos que tiveram impactos negativos sobre recursos naturais e, principalmente ao momento quando ocorre a crise do petróleo, pois, consideramos que foi a partir destes eventos que a ONU passa a dedicar maior atenção a estes fatos. Na elaboração de sua teoria, Kondratieff inicia a periodização dos ciclos enfatizando o papel da descontinuidade da produção e duração de capital fixo de longo prazo como a força mais poderosa por detrás do ciclo longo.

“O capitalismo criou uma poderosíssima força de articulação oriunda de suas tendências seculares, capaz de incorporar em grande parte a natureza e os processos sociais. Os Kondratievs são oscilações que correspondem ao desenvolvimento estrutural do modo de produção capitalista, de suas forças produtivas e relações de produção. O longo movimento pendular de ajustes e desajustes entre as dimensões materiais e subjetivas das tecnologias vincula-se ao predomínio da maquinaria, como força

³⁸ Coggiola, 2006, p. 48, 49.

³⁹ Mamigoniam, 1999.

⁴⁰ Lênin, 2010.

⁴¹ Rangel, 1982, p. 17.

produtiva, sobre a condição humana e intelectual dos trabalhadores. E a alternância entre desenvolvimento produtivo e financeirização, ao protagonismo da acumulação ilimitada”⁴².

Os momentos descontínuos do modo de produção capitalista seriam regulados por meio de inovações técnicas que geram o paradoxo da sua própria existência, pois: “A organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes (conjunturas expansivas), mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorreram nos períodos depressivos”⁴³.

“[...] as chamadas ondas longas ou ciclos de Kondratieff, que duram em média cinquenta anos na história do desenvolvimento capitalista e são fundadas em inovações tecnológicas que se agregam em um determinado lugar e momento para definir o estágio de desenvolvimento estável e de difusão até que um novo pacote de inovações venha substituí-lo. É possível olhar para trás e definir “eras” do desenvolvimento capitalista, que correspondem aproximadamente às ferrovias, navios a vapor, indústria do carvão e do aço e telégrafo; ao automóvel, petróleo, indústria da borracha e plásticos e rádio; ao motor a jato, geladeiras, condicionadores de ar, indústrias de metais leves (alumínio) e TV; e ao chip de computador e nova indústria eletrônica que sustentou a “nova economia” da década de 1990. [...] a percepção de que formas tecnológicas e organizacionais tornam-se, por assim dizer, paradigmáticas por um tempo, até se esgotarem suas possibilidades, apenas para serem substituídas por outra coisa, é importante. [...] Onde a quantidade crescente de capital encontraria oportunidades de investimento rentável se não fosse por essas ondas de inovação?”⁴⁴

Lembramos que as projeções realizadas por Kondratieff estendem-se até a década de 1920, o que representa 3 ciclos, as projeções posteriores puderam ser realizadas com base nos estudos de Schumpeter e Mandel. Buscando uma maior aproximação sobre os ciclos de Kondratieff ⁴⁵, na figura 1, representamos suas distintas fases A e B: prosperidade, recessão, depressão e inovação, explicados a seguir: P) prosperidade: momento que se refere ao período de ascensão e é caracterizado por uma tendência otimista para produtores e consumidores. O aumento do consumo leva ao aumento de produção; R) recessão: fase de contração do ciclo, isto é, de redução geral na atividade econômica por certo período de tempo, com queda no nível da produção, aumento de desemprego, diminuição na renda familiar, redução na taxa de lucro, aumento do número de falências e estagnação de preços; D) depressão: tem início quando muitas empresas começam a entrar em falência, a taxa de desemprego aumenta a um nível acelerado, os níveis de produção e investimento são reduzidos devido à recessão econômica; I) inovação: imagem oposta da recessão, em que cada um dos fatores referidos nas características de uma recessão funciona em sentido oposto, ocorre um aumento do consumo, da produção, do investimento, as ações sobem e a inflação poderá aumentar. Podemos observar fases do modo de produção capitalista, fato que torna aceitável as concepções de irreformabilidade e mutabilidade frente a momentos de desajustes.

⁴² Martins, 2011, p. 246.

⁴³ Mamigonian, 1999, p. 145.

⁴⁴ Harvey, 2011, p. 84.

⁴⁵ Não temos aqui a intenção de criar projeções sobre rumos futuros, por este motivo, no 4º ciclo a projeção apresentada é fragmentada, pois não conhecemos estudos que permitam indicar o término dessa fase e o início de um quinto ciclo, apenas, insistimos, utilizamos os ciclos para identificar eventos relacionados ao tema que estamos tratando neste trabalho sem a pretensão de criar novas ondas estatísticas que comprovem, ou não, a retomada de crescimento por um novo momento de inovação.

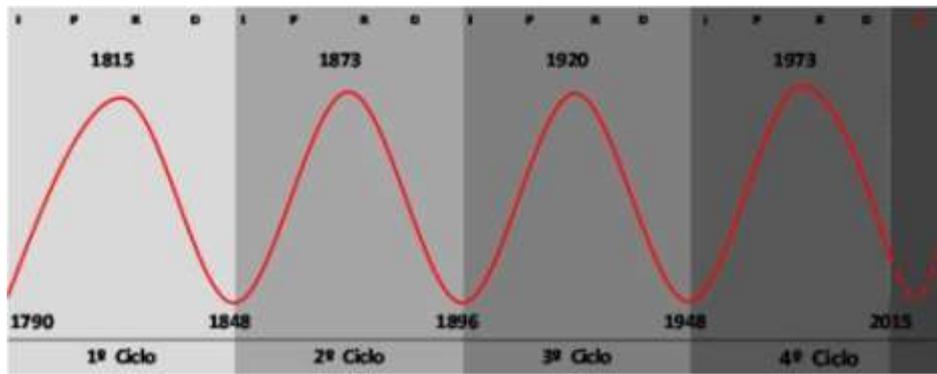


Figura1. Ciclos de Kondratieff

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Fonte: Kondratieff (1935), Rangel (1982), Mandel (1996), Mamigoniam (1999), Silveira (2003).

Para Kondratieff, o processo de expansão e retração da base produtiva ocorreria em períodos regulares de aproximadamente cinquenta anos, divididos em fases que se alteram por motivos distintos, dentre estes, as inovações técnicas.

“When in economics we speak of cycles, we generally mean seven to eleven year business cycles. But these seven to eleven year movements are obviously not the only type of economic cycles. The dynamics of economic life is in reality more complicated. In addition to the above mentioned cycles, which we shall agree to call "intermediate," the existence of still shorter waves of about three and one half years length has recently been shown to be probable. But that is not all. There is, indeed, reason to assume the existence of long waves of an average length of about 50 years in the capitalistic economy, a fact which still further complicates the problem of economic dynamics”⁴⁶.

Ainda segundo este autor, os ciclos longos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos ou de sua depreciação em infraestrutura, como: ferrovias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, eletrificação, construção civil, etc. Nestes ciclos a fase de inovação é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital fixo e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Os ciclos representavam, para Kondratieff, épocas de desenvolvimento do capitalismo. Portanto, lembramos que com o modo político e econômico em questão:

“[...] começa o processo de unificação das técnicas, ainda que a diversidade no seu uso seja gritante, segundo os lugares. O fato de que os interesses do capital iam pouco a pouco se tornando mais universais conduzia igualmente a que o aperfeiçoamento técnico pudesse ser mais rápido e o uso das técnicas emprestadas mais difuso”⁴⁷.

Santos, escreveu que: “[...] o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios [...]”⁴⁸, deste modo, podemos considerar que compreender as inovações técnicas colaboram na compreensão da produção do espaço e, este fato pode ser demonstrado na periodização cíclica por meio de eventos que possibilitaram transformações tecnológicas, ou seja, uma justa aproximação das relações concretas entre diversos momentos históricos, e geográficos, que demonstram o caráter dinâmico e adaptativo frente a períodos de recessão e depressão e as consequentes transformações do modo de produção capitalista em seu processo de espacialização e territorialização. De acordo com Santos, identificamos que estes períodos correspondem à sobreposição de meios técnicos.

⁴⁶ Kondratieff, 1935, p. 1.

⁴⁷ Santos, 2008b, p. 54.

⁴⁸ Santos, 2009, p. 171.

“Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente a ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação a questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica”⁴⁹.

Na figura 2 identificamos fases de desenvolvimento do capitalismo, suas principais doutrinas e as transformações, por meio de eventos e aperfeiçoamentos técnicos, estas variações permitiram Santos definir a evolução do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional e isto nos permite uma aproximação desse processo durante distintos períodos e ciclos. De interesse, destacamos eventos históricos e processuais como as revoluções industriais e as maiores crises econômicas e identificamos, ainda que aproximadamente, os momentos históricos de aperfeiçoamentos técnicos que permitiram uma maior expansão dos transportes e das telecomunicações, objetos de interesse da Geografia Econômica considerando que o fluxo de pessoas, mercadorias ou informações, permite a relação entre os homens e destes com os lugares, lembrando que estes se desenvolveram a partir de redes técnicas anteriores, deste modo, de acordo com a concepção de Santos⁵⁰, “[...] há uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo” onde velho e novo se combinam na produção síntese de múltiplas relações da sociedade, da técnica e do espaço, portanto, fatos observáveis em distintos momentos históricos que impulsionaram a mobilidade capitalista em momentos posteriores a crises.

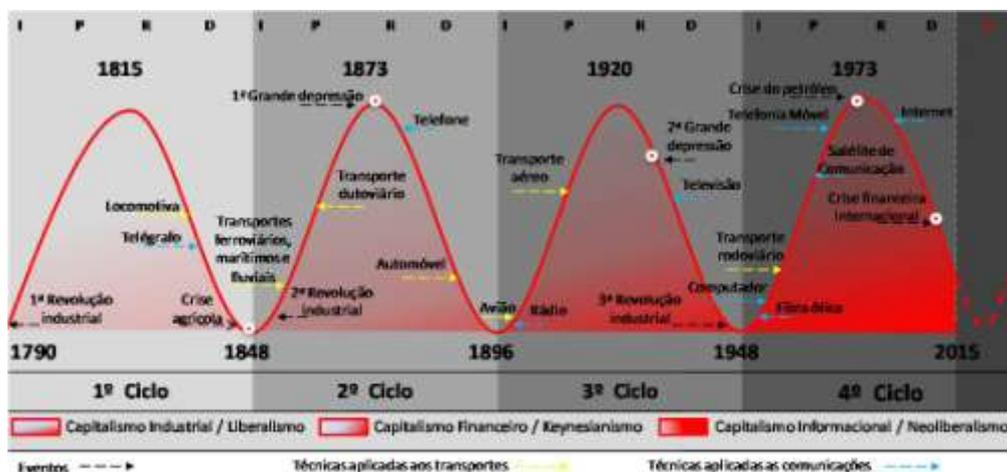


Figura 2. Mobilidade capitalista

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Fonte: Kondratieff (1935); Rangel (1999); Hobbsbawn (1998); Castells (2005); Santos; (2009)

Utilizando os ciclos de Kondratieff como instrumento de análise para a identificação de momentos de superação de crises e expansão de relações de poder e posterior territorialização do modo de produção capitalista, buscamos demonstrar a característica de irreformabilidade do capitalismo que, constantemente, se readapta e expande. Observando a figura 2, podemos notar que nos momentos de recessão (R) e depressão (D), ocorreram arranjos técnicos imprescindíveis a expansão capitalista no que diz respeito à formação de condições para a criação de fluxos, ou seja, inovações nas telecomunicações e nos transportes (do telégrafo ao computador e da locomotiva ao avião), isto vai resultar que, posteriormente, nos momentos de inovação (I) e progresso (P) ocorram investimentos em capital fixo (meios de transporte) que

⁴⁹ Santos, 2009, p. 238.

⁵⁰ Santos, 2008b, p. 153.

irão permitir, por distintos meios, em novos investimentos no fluxo de capital que permitem sua expansão.

A partir deste ponto, passamos a relacionar os ciclos longos e sua capacidade explicativa, para considerarmos a possibilidade da proposta de desenvolvimento sustentável como uma readaptação do capitalismo a novas tendências mundiais tendo com base a questão da preservação de recursos naturais no sentido que estamos propondo.

O desenvolvimento sustentável sob a égide do modo de produção capitalista

Entendemos as evoluções técnicas como um processo intermediário entre o trabalhador e seu objeto de trabalho, como escreveu Marx. No espaço rural, o progresso na racionalidade propiciou o melhoramento de um conjunto de meios instrumentais, técnicos, com os quais o ser humano realiza sua vida e, ao mesmo tempo, produz e cria espaço através de um processo que envolve a relação entre a sociedade e a natureza em distintos períodos de desenvolvimento desigual.

“Cada modernização em escala mundial representa um jogo diferente de possibilidades para os países capazes de adotá-las; não se poderia falar da existência de uma agricultura que requeira fertilizantes químicos antes que a indústria química tivesse se desenvolvido ou se estabelecido em algum ponto do globo. As modernizações criam novas atividades ao responder a novas necessidades. As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. [...] O fato de que a cada momento nem todos os lugares são capazes de receber todas as modernizações explica por que: 1) certos objetos não são espaços de todas as modernizações; 2) existem demoras, defasagens, no aparecimento desta ou daquela variável moderna ou modernizante; e isto ocorre em diferentes escalas”⁵¹.

Seguindo esta lógica desigual de espacialização das técnicas organizam-se espaços de produção, de circulação, de distribuição e de consumo nas mais distintas áreas de acordo com a dinâmica capitalista que cria, destrói e recria continuamente seus espaços para ampliar sua tendência cíclica via, dentre outros modos, espoliação de recursos naturais e implementação técnica. Deste modo, a compreensão sobre a evolução humana e o uso de tecnologias na produção do espaço nos faz concordar com Santos, quando escreve que, a evolução da espécie humana sempre esteve atrelada ao aparecimento de novas tecnologias, pois “as técnicas são também variáveis, porque elas mudam através do tempo”⁵².

Considerando o tempo histórico de evolução humana e entendendo que esta é a que materializa os processos de sociabilidade e todas as dimensões que lhe dizem respeito, incluindo a espacialidade: “À escala mundial, pode-se dizer que cada sistema temporal coincide com um período histórico. A sucessão dos sistemas coincide com o das modernizações [...]”⁵³ e, deste modo, alteram-se os meios de produção intensificando o ritmo das explorações sobre os recursos naturais. Com a evolução da racionalidade, esta se tornou o instrumento de materialização espacial e posterior territorialização de relações de poder, lembrando que não há sistema técnico sem um sistema de ações.

“[...] a técnica não pode ser vista independentemente de um determinado contexto social, político e cultural. A técnica, mediação entre o social e o natural, é instituída num campo de relações

⁵¹ Santos, 2008a, p. 48.

⁵² Santos, 2008a, p. 23.

⁵³ Santos, 2008a, p. 37.

intersubjetivas e, dessa forma, longe está de ser neutra. Ela reflete uma razão que venceu e com a qual se compromete”⁵⁴.

Buscando ênfase neste raciocínio sobre a relação entre o aprimoramento humano e uso das técnicas enquanto instrumento de espacialização e territorialização do modo de produção capitalista, lembramos que, com este aprimoramento, esta unificação entre evolução humana e tecnológica passa a representar uma importante medida para consolidar a economia política capitalista direcionada a setores agrícolas, e, os interesses da elite agrária encontram-se intimamente relacionados a setores produtivos, financeiros, de transportes e comunicações⁵⁵, pois dependem desses na medida em que aumenta a tecnificação da agricultura. Na figura 3, identificamos momentos de transformações científicas, tecnológicas e a formação de empresas voltadas a setores do agronegócio. As descobertas científicas são também técnicas, considerando que “a técnica, ela própria, é um meio”⁵⁶. Deste modo, procuramos demonstrar a relação entre o aprimoramento técnico e a expansão do modo de produção capitalista no espaço rural evidenciando, assim, a territorialização das técnicas e do capitalismo, como escreveu Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁵⁷.

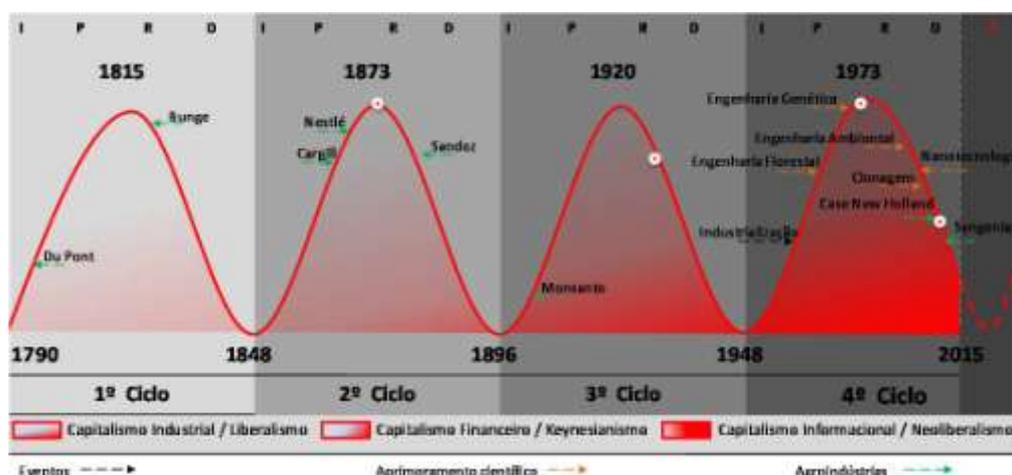


Figura 3. Inovações e conglomerados agroindustriais

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Fonte: Kondratieff, (1935); Rangel (1982); Mazoyer e Roudart (2011); Castells (2005)

Na figura 3, podemos observar que descobertas científicas vinculadas às práticas técnicas de agricultura, permitiram a estruturação agroindustrial, lembrando que a detenção de arranjos técnicos sempre esteve a serviço de quem melhor pudesse pagar por elas, deste modo, as transformações técnicas permitem alterações espaciais desiguais promovidas por aqueles que as detêm. As técnicas, antes dispostas ao alcance de quem por ela se interessava, passam a ser de domínio exclusivo daqueles que por ela podem pagar. Dessa forma a personificação do capital permite o apoderamento das técnicas e da tecnologia de maneira acumulativa. A partir daí, o desenvolvimento do modo de produção capitalista desigual favorece a propagação desigual das técnicas atrelada a sua implementação, também desigual⁵⁸, disto resulta que, momentos posteriores as fases de recessão e depressão, não determinam estabilidade, mas sim, momentos que antecedem novas instabilidades devido ao desgaste de capital fixo e necessidade de novos investimentos para garantir a circulação de capital.

⁵⁴ Porto-Gonçalves, 1989, p. 122.

⁵⁵ Carvalho, 2013.

⁵⁶ Santos, 2009, p. 38.

⁵⁷ Oliveira, 1981, 1986.

⁵⁸ Santos, 2009.

Perpassadas duas grandes guerras mundiais, o capitalismo sob a ênfase do desenvolvimento econômico como sinônimo de bem-estar social, passa a existir como parte da ordem política e econômica internacional que se instaurou no período pós 2ª Guerra Mundial, com a criação da ONU e seus órgãos econômicos vinculados ao Grupo BM. As evoluções técnicas acompanharam esta movimentação e permitiram o incremento de novas práticas ao setor agroindustrial e estas, por sua vez, permitiram a alteração no espaço rural e constituíram uma nova relação entre a sociedade e a natureza pautada, por exemplo, nos mecanismos técnicos e mercadológicos da revolução verde. Portanto, consideramos que é sobre o fenômeno do desenvolvimentismo, estimulando os processos estruturais do capitalismo (expropriação, espoliação e propriedade privada) e intensificando o uso de recursos naturais e humanos para fins de acumulação de riqueza e reprodução das relações de poder desiguais, que é intensificada a mercantilização da natureza.

As alterações manifestadas sobre o espaço, e o tempo, materializam-se na atualidade por meio de ações voltadas a mundialização do capital, forçada por aquelas agências e blocos econômicos internacionais, vinculados a ONU, como processos de relações capitalistas que se materializam e se territorializam na forma de empresas transnacionais (figura 3) e instituições constitutivas de capital financeiro que possuem fortes características rentáveis e determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento⁵⁹. Deste modo, com este novo período impulsionando a mundialização e territorialização do modo de produção capitalista, as técnicas tornaram-se elemento decisivo na (re)produção do espaço rural como um processo de re-colonização capitalista, como escreveu Porto-Gonçalves, por meio da prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável materializando-se no espaço rural por meio de financiamentos junto a agências especializadas da ONU.

Na figura 4, destacamos os principais eventos relacionados a danos naturais causados diretamente por intervenções humanas e, adicionamos a estas informações, os momentos de realização das principais conferências e a publicação de documentos relacionados à temática. Chamamos a atenção, nesta figura, para os momentos de realização das conferências internacionais⁶⁰ articuladas pela ONU que tratam de questões relativas à preocupação com a preservação e/ou recuperação de recursos naturais lembrando que, na década de 1970 ocorre a crise do petróleo que, a nosso ver, forçou a primeira conferência, tendo em vista que o grupo articulador da mesma, o Clube de Roma, possuía fortes vínculos com indústrias petrolíferas, Fundação Rockefeller, Fundação Ford, agências da ONU e diversas empresas interessadas na expansão capitalista⁶¹. De acordo com a figura, os principais eventos relacionados a danos a recursos naturais diretamente proporcionados por interferência humana ocorreram entre a década de 1980 e 2000, ocasionando a segunda grande reunião internacional e, a terceira conferência ocorre justamente, em uma relação temporal, em momentos de expansão da crise do capital financeiro iniciada em meados de 2005.

⁵⁹ Chesnais, 1996.

⁶⁰ Sobre as principais conferências da ONU em relação à preservação de recursos naturais, consultar, Ribeiro, 2001.

⁶¹ Junior, 2002, Porto-Gonçalves, 2004.

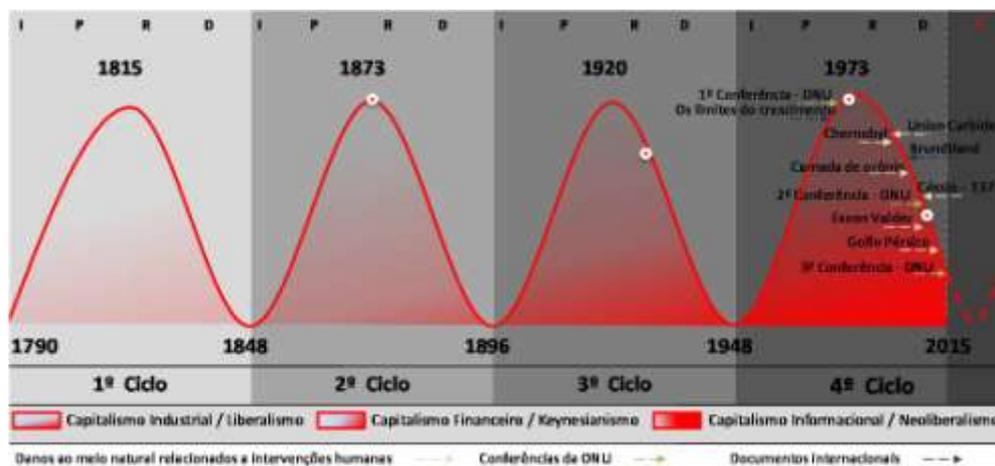


Figura 4. Eventos que interferiram no equilíbrio natural, conferências da ONU e documentos internacionais

Organizador: Guilherme Magon Whitacker (2015)

Fonte: Kondratieff (1935), Rangel (1982), Dias (2001), ONU (1972; 1988; 1992; 2002; 2012)

Na figura 4, podemos notar que a partir da década de 1970, o capitalismo adentra uma nova fase de recessão que vai ter sua materialidade aprofundada em meados da década de 1990 que se espalharam rapidamente entre países da América do Sul, Brasil e Argentina, por exemplo, e países asiáticos e, a partir da década de 2000, essas crises se deslocam para países centrais da Europa e, principalmente, sobre os EUA, demonstrando que esse deslocamento permite novos arranjos, pois ao mesmo tempo em que países entram em crise, outros a ultrapassam, portanto, as crises são momentos de deslocamento socioespacial do capitalismo para garantir sua renovação. Se observarmos, neste mesmo período, os danos aos recursos naturais começam a ser mais evidentes e a partir daí surge uma vasta literatura sobre os mais variados temas sob o título de crise (econômica, alimentar, ambiental, civilizatória) tendo como principal referência os relatórios do Clube de Roma e da ONU. Ora, considerando todo o exposto até o momento, podemos, portanto, escrever sobre a relação entre os ajustes capitalistas visando sua própria expansão por arranjos técnicos, pois são estes os fatores condicionantes que apresentam as reivindicações propostas pela ONU.

Relacionando o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o aperfeiçoamento técnico como elementos intrínsecos uns aos outros e avaliando que a busca por estes aperfeiçoamentos e expansão causaram danos naturais e sociais, propomos apreciações sobre a proposta de desenvolvimento sustentável e a territorialização do modo de produção capitalista via relações de poder institucionais sobre o espaço rural, entendendo este processo como estratégia de reprodução espacial e territorial do capitalismo. Para tanto, iniciamos com eventos históricos que culminaram na alteração da dinâmica econômica e política mundial. Isto por que, concordamos com Santos que sugeriu que “a história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito”⁶². Os eventos, ainda de acordo com Santos, possuem localidade espacial e temporal e podem ser relacionados ao agir humano.

Com o término da 2ª Guerra Mundial países, principalmente europeus, encontravam-se arruinados. O terror promovido pelos ataques atômicos gerou um mal estar global que culminou na fundação da ONU que, de acordo com o documento oficial de fundação, surge

⁶² Santos, 2009, p. 147.

com proposições para a negociação da paz mundial⁶³. No entanto, o promulgado acontecimento deveria ocorrer a partir da instauração de uma ordem política e econômica disposta a ampliar a expansão capitalista considerando que, desta forma, as diferenças sociais seriam solucionadas, estes seriam, então, os principais objetivos de agências financeiras criadas no interior desta organização, como o Grupo BM e sua agência especializada em financiamento: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Deste modo, os países membros da ONU consideravam este o principal desafio a ser superado pelos países subdesenvolvidos e pressionavam para que a questão do desenvolvimento econômico entrasse na agenda internacional. Neste contexto histórico, décadas de 1940 e 1950, a visão da ONU estava alinhada com uma estratégia intervencionista nas ações estatais. O paradigma dominante permanecia intimamente relacionado à influência da 2ª Grande Depressão, da revolução Keynesiana e da pressão dos países industrializados que penalizava os exportadores de alimentos e matérias primas, beneficiando os exportadores de bens manufaturados. Consideramos, portanto, que desde a fundação da ONU, havia uma articulação, tanto operacional quanto intelectual, sobre a conscientização crescente da necessidade de superação da luta de classes via espacialização e territorialização do modo de produção capitalista.

No espaço rural, ponderamos que este processo tenha sido mais bem articulado a partir de 1945 e 1946, datas que remetem, respectivamente, a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a estruturação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) a partir da fundação do Grupo BM. Interpretando os objetivos da ONU e sua relação com estas agências especializadas envolvidas diretamente com temas ligados ao desenvolvimento econômico, avaliamos que a ONU se articula constantemente para favorecer a subordinação da terra, e demais recursos naturais, ao modo de produção capitalista, isto demonstra a ambiguidade de suas intenções e ações. No Brasil os investimentos do Grupo BM no setor agrícola e pecuário destinado a produção agrícola de *commodities* e exportações, alcançou o montante de investimentos, segundo o próprio Grupo BM, de U\$589.290.000⁶⁴, deste modo reforçamos a ideia de ambiguidades em relação à proposta de desenvolvimento sustentável.

As duas grandes crises citadas anteriormente (1873 e 1928) possuíram como estratégia de superação a intervenção estatal que não buscaram alternativas, apontaram soluções (o imperialismo e a guerra) de caráter transitório, que permitiram o surgimento de uma nova crise, porém, com um caráter diferenciado. Não era mais possível à saída por guerras. Em 1970 a Crise do Petróleo evidenciou a necessidade de maior controle de recursos naturais nos países de economia periférica. A industrialização das nações centrais obliterou os recursos naturais encontrados nos mesmos abalando as bases industriais pela dependência destes recursos surgindo, assim, uma necessidade de maior gestão e regulação sobre estes nos países em industrialização, onde o controle deveria ser maior para que bens naturais fossem ordenados de acordo com interesses dominantes. A proteção da natureza passa a ser tratada com maior ênfase de mercantilização para utilização dos países com maior desenvolvimento industrial e tecnológico.

Aumentam, a partir de então, as preocupações da ONU para sustentar o desenvolvimento do capitalismo, agora, verde que, a princípio, não representa um rompimento com os paradigmas tradicionais. Entre o discurso da ONU e a realidade econômica podemos identificar uma

⁶³ ONU, 2011, p. 3.

⁶⁴ <http://maps.worldbank.org/lac/brazil>, acesso em 15/01/2014.

adaptação da economia tradicional a novas exigências, propostas pela própria ONU, de produção e mercado. Esta forma de economia procura, em seus pressupostos, ressaltar a inclusão social, a diminuição da pobreza e a eficiência dos recursos naturais, que por serem escassos, se não administrados eficientemente, podem ameaçar a própria continuidade das atividades econômicas. Esta proposta vem sendo adotada por muitas empresas de sucesso, que observam nessa nova tendência oportunidades de vantagens competitivas significativas como rotula o PNUMA⁶⁵ ao chamar a atenção sobre o momento de sérios questionamentos a respeito da preservação de recursos naturais como oportunidade de negócios. O mesmo PNUMA⁶⁶ publicou um relatório sobre empresas multinacionais que adotaram a economia verde nas suas atividades evidenciando as vantagens comerciais e empresariais de se investir neste nicho de mercado. E ainda, considerando que o modo de produção capitalista acentua os problemas relativos à relação sociedade e natureza devido a sua lógica que prioriza a acumulação de capital em detrimento de suas bases, podemos presumir a necessidade de que na base para legitimizar a proposta de economia verde esteja à crítica ao sistema capitalista e sua substituição por uma lógica econômica distinta. Uma proposta de economia verde que tem sua base nos moldes do capitalismo não pode ser sustentável no sentido proposto pela ONU.

Estes fatos podem ser considerados relevantes se interpretarmos que o impacto causado pelo aumento dos preços e pelo embargo às exportações do petróleo gerou uma crise de proporções gigantescas, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais. Portanto, a percepção de que o modo de produção capitalista é totalmente dependente de recursos naturais forçou organismos internacionais a se mobilizarem para proteger esses recursos. Assim, ponderamos que a ONU passou a se preocupar com questões relativas à proteção destes principalmente por interesses econômicos e políticos e, o que percebemos atualmente é o fomento de mecanismos técnicos e institucionais necessários para que se criem novos espaços de reprodução e acumulação do modo de produção capitalista. Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza enquanto recurso. Fica claro que era necessária, naquele momento, uma gestão protocolar sobre os países periféricos, para que se impedissem choques decorrentes da falta de fornecimento de recursos naturais por aqueles países. Assim, consolida-se um temor mundial sob a denominação de crise ambiental. Na verdade esse temor era, e a nosso ver ainda é, de que a reprodução e acumulação de capital fossem destruídas pelo esgotamento de matéria prima, principalmente de potencial energético, e isto se tornou, definitivamente, pauta das discussões internacionais.

Principalmente a partir da década de 1990, corporações agroindustriais se territorializam no espaço rural brasileiro controlando e concentrando cada vez mais o setor e, a partir da década de 2000, fazendo uso das imposições emanadas da hegemonia do imperialismo ecológico, aceitam e passam a implementar propostas da ONU na massificação da idéia de que a utilização dos recursos naturais deve sujeitar-se aos mecanismos de mercado, cabendo ao Estado tão somente a institucionalização e cumprimento das funções de controle.

“Afim de contas, os dirigentes dos países comportam-se, na maioria dos casos, da mesma forma a que estão habituados a fazer: de maneira geral, utilizam recursos em benefício de suas conveniências internas, passando ao largo dos objetivos coletivos. Os governantes cooperam apenas quando os interesses de ambos – os de seu país e os da organização – coincidem”⁶⁷.

⁶⁵ PNUMA, 2011.

⁶⁶ PNUMA, 2012.

⁶⁷ Miyamoto, 2006, p. 129.

Os processos de organização do espaço, que objetivam o controle territorial, encontram nas formas organizacionais destas empresas e organizações internacionais meios que possibilitam a expansão do capitalismo⁶⁸ e, estas relações, temporais e espaciais da mundialização do capital experimentadas na atualidade têm demonstrado seus efeitos onde as práticas espaciais (seletividade espacial; fragmentação/remembramento espacial; antecipação espacial e reprodução da região produtora) desenvolvidas por estas empresas e organizações internacionais se expressam⁶⁹ forçando o Estado a rever seus papéis diante da concorrência internacional. Portanto, entendemos que esse processo expansionista tem sentidos diferentes, assimétricos, materializados em distintas áreas na forma de processos moleculares, que tendem a se expandirem por meio da acumulação de capital no espaço e no tempo fazendo uso de maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo (ordenação espaço-temporal), mediante as práticas cotidianas de incorporação e centralização⁷⁰.

Portanto, o que temos hoje é a necessidade burguesa de capitalização de recursos naturais, de estabelecer os mecanismos necessários para que se crie “(...) um novo campo de acumulação de riqueza (...)”⁷¹. Ou seja, tratamos aqui de uma proposta nitidamente de cunho ideológico, que explorando um desejo nobre, a salvação do planeta, extrapola os limites do capitalismo via forte prática discursiva ideológica, uma “(...) produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidades que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito”⁷².

Em termos práticos e visíveis essa reorientação capitalista apoiada pelo Estado, tem sido trágico para pequenos produtores. Este discurso serve apenas para consolidar e manter a hegemonia e o processo de acumulação de capital das grandes corporações nacionais e internacionais e isto têm reflexos diretos sobre o espaço agrário brasileiro sob vários aspectos. De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano:

“A substituição de plantios de arroz, feijão e milho por plantios de cana está ocorrendo em várias regiões, como o oeste paulista, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás. Isto, de um lado, provoca a pura e simples redução da oferta destes alimentos, mas de outro provoca também o deslocamento destas culturas para terras de pior qualidade e mais distantes dos principais mercados consumidores, o que significa aumento dos preços, dados os maiores custos de produção e frete. Além disso, a corrida por terras no Brasil, motivada pela febre dos agrocombustíveis e pelo avanço da agricultura para alimento do gado, produz aumento do preço das terras, o que também impacta o preço dos alimentos, uma vez que o aumento da renda da terra rebate no preço dos alimentos”⁷³.

Estes dados podem ser verificados na figura 5. Assim, foram gerados os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável, como uma re-colonização dos países periféricos sobre o pretexto da salvação do planeta. Não é de se estranhar que no ápice dos debates contemporâneos relacionados à temática proposta, as estratégias do capital privado passam a evoluir ao ponto de considerar os próprios limites ao crescimento um novo nicho de mercado

⁶⁸ Benko, 1996.

⁶⁹ Correa, 2006, apud, Castro, 2006.

⁷⁰ Harvey, 2005.

⁷¹ Chesnais, Serfati, 2003, p. 21.

⁷² Peet, 2007, p.25.

⁷³ Porto-Gonçalves; Alentejano, 2010, p.5.

e as estratégias se voltam para a financeirização de todos os processos e produtos gerados pela natureza, a fim de criar um novo mercado onde a preservação de recursos naturais passe a ter uma solução dentro da lógica mercantil e possa gerar taxas crescentes de lucros para as empresas tanto quanto o próprio processo produtivo.

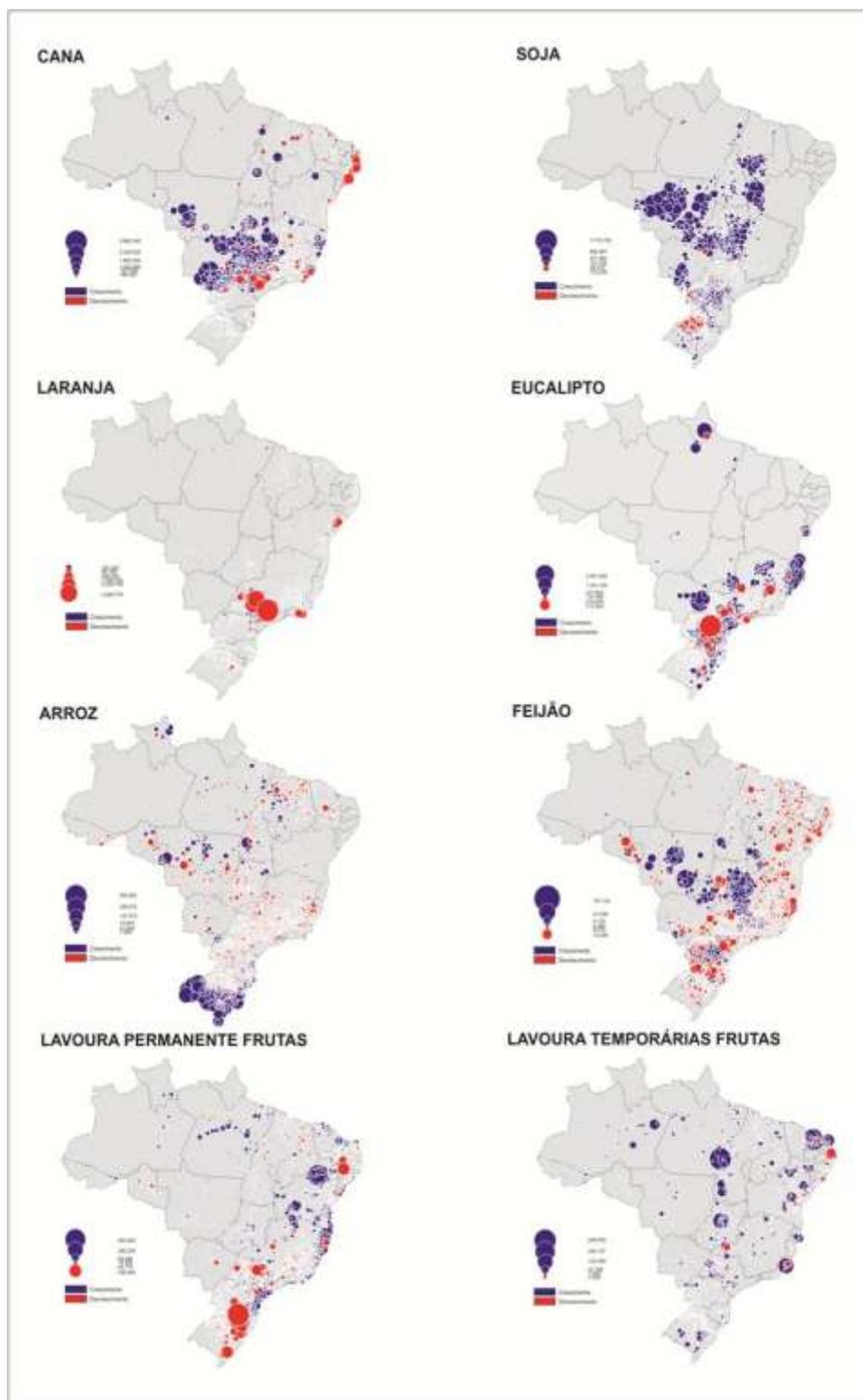


Figura 5. Produção de *commodities* no Brasil

Organização: José Sobreiro Filho, 2014.

Fonte: IBGE/SIDRA – PAM.

A racionalidade econômica, que conduziu durante séculos um sistema de produção marcado por excessos e desperdícios, ajusta-se, mais recentemente, ao modelo que incorpora parte de suas externalidades em seu processo produtivo. Trata-se, pois, de novas formas de expropriação. Não se trata de uma linha reta, mas de uma relação simultânea de formas dialéticas de explorar lucrativamente a natureza.

Considerações finais

Para nossas últimas considerações lembramos que os ciclos de Kondratieff, apesar dos alardes, nos demonstram, a princípio, que não se pode sair da crise do capitalismo sem sair do capitalismo, também não se pode afirmar que as atuais crises nos conduzirão à derrocada do sistema capitalista. Este modo de produção, ainda que muitos não aceitem, a nosso ver, poderá sobreviver a estes momentos e, eventualmente, se reconstruir em novas bases. É uma ilusão crer que a consequência desta crise levará ao desaparecimento deste modo de produção, as tendências demonstram isso.

Portanto, quando questionamos a respeito do por que, e como, os recursos naturais passam a fazer parte do processo de mercantilização, podemos escrever: organizações de veemência internacional, como a ONU, articulam propostas com base em interesses privados, o capital privado pressiona os Estados a seguirem suas regras e se submeterem à lógica de desenvolvimento que os torna fornecedores de recursos primários e força de trabalho a valores irrisórios. São formas de dominação que pressionam os países a garantir de maneira cada vez mais vigorosa a abertura de suas economias à intervenção do mercado internacional da economia verde. Deste modo, o imperialismo ecológico apresenta-se de diversas maneiras, mediante o saque de recursos naturais dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalhadores e populações vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades naturais de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; e em conjunto, a criação de uma descontinuidade metabólica global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio natural ao mesmo tempo em que limita o próprio desenvolvimento capitalista.

Se a transformação da natureza em fonte de lucro desenhava-se desde a acumulação primitiva é no capitalismo tardio que se evidenciam as profundas contradições desse processo, uma vez que os acentuados níveis de destrutividade impõem a adoção de novas táticas e estratégias visando a sua reprodução. A ideologia do desenvolvimento sustentável se apresenta nebulosamente envolta em um robusto discurso publicitário de proteção à natureza, que, conforme Michael Lowy é “peça indispensável para o funcionamento do mercado capitalista”. Ao absorver inclusive as classes dominadas, configura-se como um mecanismo denominado por John Foster e Brett Clark de imperialismo ecológico, que descaracteriza interesses distintos e incute uma fantasia de que os dogmas propostos devem ser aceitos como universais. Com esta plataforma bem alicerçada, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos e, portanto, a ideologia atinge o seu grande objetivo quando se torna, indubitavelmente, senso comum.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. *Ouro azul. Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce no planeta*. São Paulo: M. Books, 2003.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. Encontro para a articulação agrária e ambiental: notas para a exposição sobre a questão agrária. In: *Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil*. Comitê Brasil em defesa das florestas. Associação brasileira de reforma agrária – ABRA. Brasília, 2013.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. *Volume 1. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 6ª ed. São Paulo: Paz e terra. 2005.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Les Temps Modernes*, 2000, nº 607. Disponível em: <http://revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>, acesso em: 16 / 03 / 2012.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: *Crítica marxista nº 16*. Revista do Centro de Estudos Marxistas (CEMAX) da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

CHOMNSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. (Ed.). *Karl Marx: as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. As crises econômicas e a teoria marxista. *Revista de Economia Mackenzie*. Volume 7. Nº 3. P. 96-180. 2009. Disponível em: <[www.editorarevistas.mackenzie.br/capa/v.6,n3\(2009\)/coggiola](http://www.editorarevistas.mackenzie.br/capa/v.6,n3(2009)/coggiola)>, acesso em 21/08/2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 7ª ed. São Paulo: Gaia, 2001

EAGLER, Cláudio. Que fazer com a Geografia econômica neste final de século? Trabalho apresentado no *Simpósio Internacional "Lugar sócio-espacial, mundo"*. Textos LAGET vol. 5 p. 5-12. São Paulo: 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). *O Novo Desafio Imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUNIOR, Manoel Rebêlo. *O desenvolvimento sustentável: a crise do capital e o processo de recolonização*. 2002. 213f. Tese. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

KLARE, Michael. *La nueva geografía de los conflictos internacionales*. Foreign Affairs En Español, Verano. 2001. Disponível em: <<http://www.idepe.org/pdf/GeografiaConflictos.pdf>>. Acesso em: 18/02/2014.

KONDRATIEFF, Nikolai Dmyitriyevich. *The long waves in economic lifes*. The review of economics and statistics, Vol. 17, Nº 6 (Nov. 1935) p. 105 – 115. Disponível em: <www.thenextlayer.org/files/Long%20In%20Economic%20Life.pdf>, acesso em 10/5/2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: centauro, 2010.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecolítica Internacional*. São Paulo: Ed. Senac, 2ª ed., 2005.

LOWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MAMIGONIAM, Armem. *Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço*. Florianópolis, *GEOSUL*, vol 14, nº 28, p. 152 – 15, julho – dezembro. 1999.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, Carlos Eduardo. Moedas e moedeiros (e um pintor na contramão). In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital. Livro II. O processo de circulação do capital*. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1970.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo: São Paulo, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 5º reimpr. Boitempo: São Paulo, 2012.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital*. Boitempo: São Paulo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 1ª reimpr. São Paulo: Martin claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAUREL, Chloé. *ONU, seduzida pelo setor privado*. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1398>>. Acesso em 07/08/214.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Boitempo: São Paulo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª reimpr. Boitempo: São Paulo, 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *A ONU no limiar do novo século*. Perspectivas, São Paulo, 30: 121-150, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Guilherme/Downloads/367-952-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Guilherme/Downloads/367-952-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 23/05/2014.

MOREIRA, Ruy. *Contribuições da Geografia na construção de um projeto para o Brasil*. Palestra: III Seminário da pós-graduação em Geografia da UFJF. 27/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5V1b9f_yMP4>, acesso em 13/11/2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 58, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Leandro Dias. *A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. Revista Tamoios*, Rio de Janeiro. V. I., nº 02, p. 33 – 38. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Carta das Nações Unidas e Estatuto da corte Internacional de Justiça*. United Nations, New York. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>, acesso em 13/7/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. ONU. 1972. Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 5-16 June 1972 (United Nations publication, Sales No. E.73.II.A.14 and corrigendum. United Nations, New York, 1972 Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>, acesso em: 25/4/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Relatório Nosso Futuro Comum*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>, acesso em 8/3/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *United Nations Report of the World Summit on Sustainable Development*. United Nations, New York, 2002 Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Das nossas origens ao futuro. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>, acesso em 30/6/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *Abrace o verde – Os setores privados pioneiros já participam de um futuro sustentável: A oportunidade da Rio + 20 para oferecer políticas de transformação que acelerem a sustentabilidade em todo o setor empresarial*. Disponível em: <http://www.unep.org/pdf/Business_Case-16June-NewsdeskDraft_PR_PT-BR.pdf>, acesso em 24/08/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O futuro que queremos*. Comitê facilitador da sociedade civil Catarinense. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>, acesso em 27/3/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). GRUPO BANCO MUNDIAL. *Projects and operations. Map for results, Brazil, Latin America and Caribbean*. Disponível em: <<http://maps.worldbank.org/lac/brazil>>, acesso em 21/9/2014.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outra Verdade Inconveniente - a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. *Universitas Humanistica*. n.66, Bogotá. jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012048072008000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08/03/2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, ALENTEJANO, Paulo Roberto. *Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil*. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=eshttp://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 21/09/2012.

RAFESTTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RANGEL, Ignácio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

RIBEIRO, Wagner da Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. *Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. New York Toronto London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

SILVEIRA, Marcio Rogério. *A importância geoconômica das estradas de ferro no Brasil*. Tese. Doutorado – Geografia. UNESP. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2003.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WELZER, Harald. *Guerras climáticas. Por qué mataremos (y nos matarán) en el siglo XXI*. Madrid: Katz, 2010.

WHITACKER, Guilherme Magon. *Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: espaços de reprodução do modo capitalista de produção. O programa estadual de microbacias hidrográficas na microbacia hidrográfica do córrego do Pereira*. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2013.

© Copyright Guilherme Magon Whitacker, 2015.

© Copyright Biblio3W, 2015.

Ficha bibliográfica:

WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2015, Vol. XX, nº 1.135. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1135.pdf>>. [ISSN 1138-9796].